

É preciso, Srs. deputados, que se diga com clareza, com coragem. Nós, que não somos corruptos, que não somos comunistas, que não estamos aqui à espera da visita da "Velha Senhora", nós que preferimos sofrer uma injustiça a praticá-la, que não temos a inflexibilidade nos dedos, não como alguns decrépitos da Câmara Municipal, precisamos falar claramente.

O governo, Sr. Presidente, tomou uma atitude decente, uma atitude corajosa, impopular mesmo, que é a atitude de retirar os subsídios de três produtos.

Fala-se em aumento do custo de vida. Nesta hora, há o grande aproveitamento. Dizem, por exemplo, que as empresas que vendem automóveis são obrigadas a aumentar os seus preços todos os meses, por causa da mão de obra, por causa do material. Mas como? Onde está o mercado, Srs. deputados?

Fabricar para que, se ninguém compra?

Visitem os Srs. deputados um revendedor de automóveis e façam os cálculos das vendas por ele feitas anteriormente e das vendas que realiza agora. Com as empresas automobilísticas se julgam no direito de aumentar os preços desse produto, que é fabricado no Brasil, como se fossem donas disso? Qualquer "mister" não sei o que; qualquer "von" não sei o que, já telefona para dizer que vai aumentar o preço dos carros, como se aqui fosse o "Reino de Batarata", aquela ilha de Sancho Pança.

Estamos num regime que não há de pegar apenas os pequenos, mas também os grandes corruptos no comércio, na indústria, na política, nos executivos, nos legislativos, nos judiciários, neste parlamento. Devem pegar os comunistas nos mesmos lugares, mas pega-los com a mesma coragem como pegaram os pequenos. Que prendam o dono de um moinho em São Paulo, com a mesma coragem com que prendem o homem que vende o sanduíche. O momento não é de perplexidade; não é de uma Assembléia ficar calada, omissa. O momento é para dizer ao povo que o governo toma realmente as atitudes que aparentemente são antipáticas, que podem contribuir para o aumento do custo de vida, mas que neste governo não vai funcionar a "guitarra" que funcionava antes para as greves e que funcionou cada vez que houve um distúrbio emocional neste país. O que há agora é um distúrbio neuro-vegetativo, molestia que precisa ser curada. Para isso, é preciso que tenhamos coragem.

Acabaram-se as greves pré-fabricadas ou Pellacanis de usque no "society". Acabou aquele regime nefasto. Vamos entrar agora num regime reto, num regime rígido, e vamos limpar todos as áreas. Que haja limpeza em todas as áreas da República. Mas que não tirem somente aqueles que não tinham realizado apenas influência ideológica, às vezes até por inadvertência ou descuido. Não! Que se peguem os corruptos que se firmaram aqueles que souberam desbaratar o dinheiro público, os comprometidos, aqueles donos das grandes indústrias, que continuam querendo infelicitar o país.

No começo, Sr. Presidente e Srs. deputados, na euforia da revolução vitoriosa, os homens ricos deste país diziam: Muito bem! Fizeram bem em derrubar o Sr. Jango Goulart! Precisava acabar com o comunismo, com a corrupção! Agora, são mais cautelosos, porque agora a revolução vai cortar fundo e vai chegar neles. Vai chegar naqueles industriais — e prestem atenção, Srs. deputados, às minhas afirmações — naqueles industriais que se negam a dar salários, naqueles industriais que diziam que tinham dificuldades. Agora, ficaram bonzinhos e resolveram até a emprestar ao governo um trilhão de cruzeiros. Eles tinham o trilhão de cruzeiros ou não tinham? Ou esse trilhão foi fabricado agora no final da revolução?

Srs. deputados, o momento não é de omissão, o momento não é de ficar calado, o momento não é de timidez. O tímido e o medroso não deve ficar neste Parlamento enquanto se chamar Parlamento. É preciso que tenhamos a coragem de vir aqui e aplaudir o que está certo e criticar o que está errado. Esta é uma revolução que vem de cima para baixo, e começou para o bem do Brasil. (Muito bem).

LEI N. 8113, DE 13 DE MAIO DE 1964

Dispõe sobre o funcionamento, como colégio, do ginásio estadual criado pela Lei n. 5.703, de 24 de maio de 1960.

A Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo decreta e eu, Cyró de Albuquerque, na qualidade de seu Presidente, promulgo nos termos do artigo 25, parágrafo único, da Constituição Estadual, a seguinte lei:

Artigo 1.º — Passa a "funcionar como Colégio o Ginásio Estadual "José Cândido de Souza" criado pela Lei n.º 5.703, de 24 de maio de 1960.

Artigo 2.º — A lei orçamentária do exercício em que se der a instalação do estabelecimento de ensino ora criado, consignará dotações adequadas ao custeio das respectivas despesas.

Artigo 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 13 de maio de 1964.

a) Cyró Albuquerque, Presidente.

Publicada na Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 13 de maio de 1964.

a) Francisco Carlos, Diretor Geral Substituto

ORDEM DO DIA

PARA A 71.a SESSÃO ORDINÁRIA AOS 14 DE MAIO DE 1964

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

Discussão e votação do Requerimento n. 152, de 1964, apresentado pelo depu-

tado Pedro Paschoal e outros, propondo a constituição de uma Comissão Especial para acompanhar a grande batalha contra o câncer cúbico.

ORDEM DO DIA

PARA A 72.a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA AOS 14 DE MAIO DE 1964

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE PRIORIDADE

1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 3.278, de 1963, apresentado pelo Sr. Governador, criando no Quadro da Secretaria da Fazenda, I cargo de Diretor Técnico (Divisão Nível I) referência "81". Com substitutivo e proposta de alteração. Parecer n. 952, de 1964, de relator especial, favorável ao projeto à proposta de alteração e contrário ao substitutivo.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.967, de 1963, apresentado pelo deputado Nelson Pereira, declarando de utilidade pública a Sociedade Paulista de Cultura Japonesa, da Capital. Parecer n. 4.107, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

2 — Discussão e votação da Moção n. 149, de 1963, apresentada pelo deputado José Rosa da Silva, apelando ao Sr. Presidente da República no sentido de reincluir a BR-106 no plano de primeira urgência de construção de estradas nacionais. Parecer n. 623, de 1964, da Comissão de Obras Públicas, favorável, com emenda.

3 — 2.a discussão e votação do Projeto de lei n. 843, de 1962, apresentado pelo deputado Naciúb Chaib, criando Escola Normal em Mogi Guaçu, que funcionará junto ao Colégio "Luiz Martini". Parecer n. 471, de 1963, de relator especial, favorável com emenda. Parecer n. 1.256, de 1963, da Comissão de Finanças, favorável.

4 — 2.a discussão e votação do Projeto de lei n. 1292, de 1962, apresentado pelo deputado Mario Telles, criando escola normal no subdistrito do Cambuci, na Capital. Pareceres ns. 3703, de 1963 e 714 de 1964, respectivamente, das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

5 — 2.a discussão e votação do Projeto de lei n. 181, de 1963, apresentado pelo deputado Lúcio Casanova Neto, criando ginásio vocacional em Santa Cruz do Rio Pardo. Pareceres ns. 3655, de 1963 e 725, de 1964, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

6 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 443, de 1963, apresentado pelo deputado Archimedes Lammóglia, transformando em Colégio o Ginásio "Gualter da Silva", da Capital. Parecer n. 1.691, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

7 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 478, de 1963, apresentado pelo deputado José Jorge Cury, elevando a categoria de Regional a Delegacia de Polícia de Monte Aprazível. Parecer n. 2.261, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda, visando à constitucionalidade.

8 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 924, de 1963, apresentado pelo deputado Nabil Abi Chedid, criando Subposto de Assistência Médico-Sanitária no distrito de Vargem, em Bragança Paulista. Parecer n. 2.975, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

9 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 1.001, de 1963, apresentado pelo deputado Juvenal de Campos, criando Laboratório Regional do Instituto Adolfo Lutz em Sorocaba. Em anexo o P.L. 1.081-63. Parecer n. 2.345, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

10 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 1.098, de 1963, apresentado pelo deputado Muzeti Elias Antonio, criando serviço obstétrico domiciliar em Mococa. Parecer n. 4.136, de 1963, de relator especial, favorável.

11 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 1.751, de 1963, apresentado pelo deputado Manoel Joaquim Fernandes, criando Ginásio Industrial em Pompéia. Parecer n. 2.417, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

12 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 1.819, de 1963, apresentado pelo deputado Avalonê Júnior, criando Hospital Psiquiátrico em Bauru. Parecer n. 2.484, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

13 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 1839 de 1963, apresentado pelo deputado Nadir Kenan, dispoendo sobre empréstimos pela Caixa Econômica do Estado a pessoas físicas e jurídicas e financiamento de obras, para prefeituras municipais do Interior. Parecer n. 2910 de 1963 da Comissão de Justiça, favorável.

14 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 1.895 de 1963, apresentado pelo deputado Blota Júnior, criando Ginásio Estadual no bairro de Vila Sorocabana, em São Vicente. Parecer n. 2591 de 1963, da Comissão de Justiça, favorável. Em anexo o P. L. 2.523-63.

15 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 1.977, de 1963, apresentado pelo deputado Sidney da Cunha, criando subposto de saúde no distrito de Alambari, em Itapetininga. Parecer n. 461 de 1964, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

16 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 2.095 de 1963, apresentado pelo deputado Felício Castellano, autorizando o Poder Executivo a celebrar convenios com as Prefeituras Municipais para a criação do Serviço Municipal de Mecanização Agrícola. Parecer n. 2967, de 1963 da Comissão de Justiça, favorável.

17 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 2.295 de 1963, apresentado pelo deputado Silveira Sampaio, criando faculdade de engenharia industrial em Santo André. Parecer n. 4.049 de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

16 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 2232 de 1963, apresentado pelo deputado Leoncio Ferraz Júnior, criando a Carteira de Seguros no Instituto de Previdência do Estado. Parecer n. 2916 de 1963 da Comissão de Justiça, favorável.

19 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 2394 de 1963, apresentado pelo deputado Luiz Cembraneli, criando posto de puericultura na Vila São Geraldo, em Taubaté. Parecer n. 443 de 1964, da Comissão de Justiça, propondo a transformação da proposição em Indicação.

20 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 2396, de 1963, apresentado pelo deputado Zolnei Machado, criando Escola de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas em Lorena. Parecer n. 3409, de 1963 da Comissão de Justiça, favorável.

21 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 2319, de 1963, apresentado pelo deputado José Garcia, criando escola normal em Itapuru. Parecer n. 301, de 1964, da Comissão de Justiça, favorável.

22 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 3156, de 1963, apresentado pelo deputado José Costa, criando Faculdade de Agronomia em Ribeirão Preto. Parecer n. 277, de 1964, da Comissão de Justiça, favorável.

ORDEM DO DIA

PARA A 71.a SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 15 DE MAIO DE 1964

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — 1.a discussão adiada e votação do Projeto de lei n. 1121, de 1963, apresentado pelo deputado Ubirajara Keutenedjian, criando a Secretaria de Estado dos Negócios de Turismo. Em anexo o P.L. 1214-63. Parecer n. 2198, de 1963, de relator especial, favorável.

2 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.750, de 1963, apresentado pelo deputado Osvaldo Massei, dando a denominação de "Professora Anésia Loureiro Gama" ao Grupo Escolar "Vila Império" de São Bernardo do Campo. Pareceres ns. 2551 e 3642, de 1963, respectivamente de relator especial e da Comissão de Educação, favoráveis.

3 — 2.a discussão e votação do Projeto de lei n. 823, de 1959, apresentado pelo deputado Pinheiro Júnior, criando posto de assistência médico-sanitária em Mongaguá. Pareceres ns. 868 e 1862, de 1963, respectivamente das Comissões de Saúde e de Finanças, favoráveis.

4 — 2.a discussão e votação do Projeto de lei n. 1272, de 1960, apresentado pelo deputado Cardoso Alves, criando escola artesanal em Aparecida. Parecer n. 3954, de 1963, da Comissão de Educação, favorável, com emenda. Parecer n. 653, de 1964, da Comissão de Finanças, favorável ao Projeto e à emenda.

5 — 2.a discussão e votação do Projeto de lei n. 231, de 1962, apresentado pelo deputado Ruy de Almeida Barbosa, criando subcentro de saúde no distrito de Nova Veneza, em Campinas. Parecer n. 1224, de 1963, de relator especial, favorável, com emenda e oferecendo emenda decorrente de sugestão apresentada nos termos do artigo 61 do Regimento Interno. Parecer n. 1861, de 1963, da Comissão de Finanças, favorável.

6 — 2.a discussão e votação do Projeto de lei n. 940, de 1962, apresentado pelo deputado Wilson Lapa, criando Escola de Iniciação Agrícola em Bananal. Pareceres ns. 916 e 1522, de 1963, respectivamente de relator especial e da Comissão de Finanças, favoráveis.

7 — 2.a discussão e votação do Projeto de lei n. 127, de 1963, apresentado pelo deputado Waldemar Lopes Ferraz, transformando em instituto de educação a escola normal de Olímpia. Parecer n. 2070, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda. Pareceres ns. 24 e 932, de 1964, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

8 — 2.a discussão e votação do Projeto de lei n. 2.199, de 1963, apresentado pelo deputado Semi Jorge Resegue, criando escola normal em Bariri. Pareceres ns. 671 e 842, de 1964, respectivamente de relator especial e da Comissão de Finanças, favoráveis.

9 — 2.a discussão e votação do Projeto de lei n. 3.377, de 1963, apresentado pelo Sr. Governador, dispoendo sobre a instituição legal de Fundos já criados por atos executivos. Parecer n. 1.013, de 1964, da Comissão de Finanças, favorável.

10 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 151, de 1963, apresentado pelo deputado Valério Giuli, criando Escola de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas no subdistrito de Sant'Ana, nesta Capital. Parecer n. 2619, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

11 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 306, de 1963, apresentado pelo deputado Venício Giacchini, criando escola de economia doméstica e de artes aplicadas em Suseno. Parecer n. 2690, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável. Em anexo o PL. 2654-63.

12 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 417, de 1963, apresentado pelo deputado Orlando Iazetti, criando a Circunscrição Policial de Vila Formosa, na Capital. Parecer n.º 1721, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

13 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 671, de 1963, apresentado pelo deputado Pedro Geraldo Costa, criando faculdade de ciências econômicas em Moji das Cruzes. Em anexo o Projeto de lei n. 1.257, de 1963. Parecer n. 4023, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável, com emenda.

14 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 784, de 1963, apresentado pelo deputado Salvador Julianelli, dispoendo sobre

concessão de subvenções à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Parecer n. 1999, de 1963, de relator especial, favorável.

15 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 792, de 1963, apresentado pelo deputado Paulo Planet Buarque, estabelecendo regime de livre escolha para o atendimento médico-hospitalar do funcionalismo público estadual. Parecer n. 596, de 1964, de relator especial, favorável, com emenda.

16 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 1004, de 1963, apresentado pelo deputado Solon Borges dos Reis, dispoendo sobre o provimento do cargo de Professor Inspetor das escolas normais oficiais e institutos de educação. Parecer n. 794, de 1964, da Comissão de Justiça, favorável.

17 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 1639, de 1963, apresentado pelo deputado Odilo Siqueira, criando Serviço Obstétrico Domiciliar em Presidente Wenceslau. Parecer n. 2352, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

18 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 1695, de 1963, apresentado pelo deputado Renato Cordeiro, criando Museu Histórico e Pedagógico em Birigui. Parecer n. 2489, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

19 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 2076, de 1963, apresentado pelo deputado Raul Schwinden, criando Conservatório Dramático e Musical em Jaboticabal. Parecer n. 2638, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

20 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 2311, de 1963, apresentado pelo deputado Omaid Zomignani, criando subdelegacia de polícia no bairro de Agapeama, em Jundiá. Parecer n. 437, de 1964, da Comissão de Justiça, favorável.

21 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n.º 2404 de 1963, apresentado pelo deputado Roberto Gebara autorizando a funcionar como Colégio o Ginásio de Vila Aricanduva, na Capital. Parecer n. 3459, de 1963, da Comissão de Justiça, favorável.

22 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 2740, de 1963, apresentado pelo deputado Orlando Zancaner, criando serviço obstétrico domiciliar em Taquaritinga. Parecer n. 339, de 1964, da Comissão de Justiça, favorável.

23 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 2956, de 1963, apresentado pelo deputado Osvaldo Santos Ferreira, criando Faculdade de Serviço Social em Araraquara. Parecer n. 265, de 1964, da Comissão de Justiça, favorável.

24 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 3075, de 1963, apresentado pelo dep. Sival Antunes de Souza, criando ginásio industrial em Junqueirópolis. Parecer n. 527, de 1964, da Comissão de Justiça, favorável.

25 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 3121, de 1963, apresentado pelo deputado Paulo de Castro Prado, criando Faculdade de Medicina Veterinária em Batatais. Parecer n. 259, de 1964, da Comissão de Justiça, favorável.

26 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 3284, de 1963, apresentado pelo deputado Onofre Gossuê, criando delegacia regional de saúde em Franca. Parecer n. 522, de 1964, da Comissão de Justiça, favorável.

27 — 1.a discussão e votação do Projeto de lei n. 3317, de 1963, apresentado pelo deputado Olavo Hourneaux de Moura, criando conservatório dramático e musical em Santos. Parecer n. 491, de 1964, da Comissão de Justiça, favorável.

P A U T A

PARA A 71.a SESSÃO ORDINÁRIA, AOS 14 DE MAIO DE 1964

EM PAUTA POR 5 (CINCO) SESSÕES, PARA CONHECIMENTO, RECEBIMENTO DE EMENDAS E ESTUDOS DOS SRS. DEPUTADOS, DE ACORDO COM OS ARTIGOS 153 E 161 DO REGIMENTO INTERNO

1.a Sessão

1 — Moção n. 28, de 1964, apresentada pelo deputado Esmeraldo Tarquinio, apelando ao Sr. Presidente da República no sentido de instalar um hospital no subdistrito de Piratuba, na Capital.

2 — Moção n. 29, de 1964, apresentada pelo deputado Esmeraldo Tarquinio, apelando ao Sr. Presidente da República no sentido de instalar uma agência da Caixa Econômica Federal no subdistrito de Piratuba, na Capital.

3 — Moção n. 30, de 1964, apresentada pelo deputado Valério Giuli, apelando ao Sr. Presidente da República no sentido de enviar mensagem ao Congresso regulamentando o trabalho das empregadas domésticas.

4 — Projeto de lei n. 403, de 1964, apresentado pelo deputado Vicente Botta, declarando de utilidade pública a Associação dos Negociantes Alfaiates de São Paulo.

5 — Projeto de lei n. 404, de 1964, apresentado pelo deputado Lopes Ferraz, dispoendo sobre o exercício da função de Auxiliar de Diretor a que se refere o artigo 17, da Lei n. 7.068, de 25-9-62.

6 — Projeto de lei n. 405, de 1964, apresentado pelo deputado Jamil Dualibi, criando ginásio em Inúbia Paulista.

7 — Projeto de lei n. 406, de 1964, apresentado pelo deputado Osvaldo Santos Ferreira, criando escola de iniciação agrícola em Guaraci.

8 — Projeto de lei n. 407, de 1964, apresentado pelo deputado José Rosa da Silva, concedendo pensão mensal a D. Otacília Magalhães Souza.

9 — Projeto de lei n. 408, de 1964, apresentado pelo deputado Silveira Sampaio, declarando de utilidade pública a Associação Amigos dos Excepcionais de Santo André.

10 — Projeto de lei n. 409, de 1964, apresentado pelo deputado Silveira Sam-